

## Introdução

É inegável que o capitalismo propiciou uma melhoria generalizada da vida em todos os aspectos. É também inegável que essa melhoria não se estendeu por igual a todos os indivíduos. Pelo contrário, a melhoria proporcionada aos proprietários do capital foi imensamente superior àquela que foi possibilitada aos trabalhadores. Todavia, a promessa do capitalismo em ascensão era de que, na medida em que se havia descoberto o modo de produzir riqueza em grande escala e rapidamente, seria apenas questão de tempo para que essa riqueza contribuísse para a efetiva melhoria da vida de todos.

Da Revolução Industrial, acontecida em fins do século XVIII e começos do século XIX, até os nossos dias, as coisas se passaram de maneira muito diferente. É inegável que a riqueza da humanidade cresceu e de uma forma muito ampla. Mas, também é inegável que a desigualdade no acesso a essa riqueza – entre os capitalistas e os trabalhadores – também se aprofundou. O aprofundamento do fosso entre ricos e pobres teve e continua tendo profundos impactos na vida dos capitalistas e dos trabalhadores. Esses impactos também se fizeram sentir na vida concreta daqueles que chegaram a uma idade bastante avançada.

Nosso objetivo, nesse texto, é refletir sobre a relação entre trabalho, isto é, produção da riqueza material, e o processo de envelhecimento na sociedade capitalista e, de modo especial, no período atual.

## Trabalhar e envelhecer nas sociedades primitivas

Partimos do pressuposto de que o trabalho, isto é, a transformação intencional da natureza para produzir os bens necessários à vida humana, com a conseqüente transformação dos próprios seres humanos, é a categoria fundante do ser social. É a partir dela que se configura a totalidade da realidade social. Deste modo, ao analisar qualquer forma de sociabilidade, sempre encontraremos uma determinada forma de trabalho como seu fundamento. A partir do trabalho, outras dimensões da vida social irão surgindo, respondendo, cada uma, a determinada necessidade. Deste modo, o trabalho e todas as outras dimensões sociais irão configurando a totalidade do ser social em cada momento do seu evolver.

Importantíssimo assinalar que, segundo Marx, o trabalho não só transforma a natureza adequando-a ao atendimento das necessidades humanas, mas também transforma o próprio ser humano. Ao transformar a natureza, o próprio ser humano se objetiva, isto é, se constrói a si mesmo. Inclui a sua natureza mais essencial. Por isso mesmo, afirma Marx que o trabalho é a primeira e mais fundamental atividade do ser humano porque ele é a base a partir da qual ele se cria ao longo do processo histórico. Diferentemente dos animais, que apenas fazem atividades, o ser humano, ao realizá-las, é constituído por elas.

Importantíssimo também assinalar que o ser humano é um ser, por sua própria natureza, genérico. Isto quer dizer que o acesso à riqueza – material e espiritual – constituída, em cada momento histórico, pelo conjunto das objetivações comuns, é condição indispensável para que cada indivíduo se torne membro do gênero humano. O que, por óbvio, significa que o impedimento a este acesso se torna um obstáculo à plena realização do indivíduo como integrante do gênero humano.

Se considerarmos, sob esses pressupostos, as sociedades primitivas, veremos que elas se constituíram a partir do trabalho de coleta dos frutos da natureza. Isso implicou a construção de ferramentas e a

ampliação progressiva do conhecimento e das técnicas e habilidades para a transformação da natureza. Se considerarmos que a humanidade tem, como nos mostram as pesquisas mais recentes, mais ou menos, trezentos e cinquenta mil anos, esse período das chamadas comunidades primitivas teve uma duração de, mais ou menos, trezentos e quarenta mil anos.

Importa observar que essas sociedades primitivas eram, realmente, comunidades, isto é, dada a ausência de propriedade privada, não havia, no seu interior, uma divisão social antagônica do trabalho que levasse à existência de classes sociais. Todas as atividades que visavam à reprodução da sociedade estavam sob o controle do conjunto da comunidade e estavam orientadas no sentido da reprodução do conjunto dela. Com isso, todos os indivíduos tinham acesso ao conjunto dos bens materiais e espirituais de sua comunidade.

Sabemos que durante esses milhares de anos que mediaram entre o início da humanidade e o surgimento da propriedade privada não havia escrita. Mas, sabemos também que durante todo esse tempo o conhecimento da natureza foi se ampliando. Do mesmo modo, as próprias comunidades e também os indivíduos foram se tornando mais complexos, tornando-se necessário criar normas, procedimentos e valores que orientassem a vida grupal.

A única forma de armazenar esses conhecimentos, técnicas, habilidades, normas, procedimentos e valores era a memória. Dessa forma, a memória adquiria uma importância extraordinária para esse fim.

Não é difícil perceber que, nessas circunstâncias, quanto mais avançada a idade, maiores as possibilidades de armazenar aquelas informações. Desse modo, as pessoas idosas tinham uma importância fundamental na reprodução daquelas comunidades. Sabemos como os idosos eram reverenciados exatamente por essa qualidade de portadores da sabedoria acumulada ao longo de muitos anos. Incidentalmente, vale observar que a duração da vida, com óbvias alterações ao longo desse enorme período, nessas circunstâncias, era muito curta o que acrescia a importância dos que atingiam uma idade avançada.

Desse modo, ser idoso, nessas comunidades primitivas, era um privilégio e, como tal, era reconhecido pelo conjunto da comunidade.

### **Trabalhar e envelhecer na sociedade de classes**

O surgimento da propriedade privada e das classes sociais, possibilitado pela Revolução Neolítica, teve impactos imensos na vida da humanidade e, no caso que nos interessa, na problemática do trabalho e do envelhecimento.

O trabalho, que antes era realizado sob o controle do conjunto da comunidade, passou a ser realizado apenas por uma parte – majoritária – dela, principalmente escravos, mas também camponeses e depois servos e trabalhadores assalariados.

A acumulação de enorme riqueza em poucas mãos, realizada à custa da exploração e do sofrimento de milhões de indivíduos, permitiu um avanço no desenvolvimento das forças produtivas bastante acelerado. Todavia, esse desenvolvimento, até a Revolução Industrial, dada a forma do trabalho (escravo e servil e voltado para o valor de uso), ainda era muito limitado. O que significa que mesmo que houvesse uma distribuição igualitária da riqueza, ela seria insuficiente para propiciar uma vida digna para todos.

É a partir da Revolução Neolítica e da complexificação da vida social daí decorrente que surgiu a escrita. Consideramos, aqui, escrita toda forma da objetivação permanente da comunicação e não apenas a forma silábica. Desse modo, podemos dizer que, considerada desde os seus primórdios, a

escrita surgiu há pelo menos seis mil anos. Essa conquista teve enormes consequências, pois permitiu o armazenamento das informações que antes se guardavam na memória, em uma forma mais permanente e mais acessível.

Vale lembrar, todavia, que o domínio da escrita e da leitura se processou no interior da sociedade de classes. Os conhecimentos, técnicas e habilidades daqueles que realizavam o trabalho – escravos, servos e camponeses – eram adquiridos no próprio processo de produção, de modo que eles não necessitavam daquele domínio. Por sua vez, mesmo entre os senhores de escravos e os nobres poucos eram aqueles que dominavam a escrita e a leitura. O saber acumulado em escritos era privilégio de muito poucos.

Deste modo, em relação ao saber e à sua relação com o envelhecimento, há uma enorme diferenciação entre escravos e servos, por um lado, e senhores e nobres, por outro. A vida dos escravos era, de modo geral, muito curta, pois seu trabalho brutal os esgotava rapidamente. Como os escravos eram considerados uma simples coisa, como qualquer animal ou instrumento de trabalho, terminada sua utilidade eram descartáveis. A velhice não tinha função social alguma. No caso dos servos e camponeses a situação era um tanto diferente por não serem mera propriedade “coisal”. Todavia, sua vida também era, em sua grande maioria, consumida em um trabalho em condições extremamente precárias. Deste modo, sua vida, de modo geral, também era muito curta e o final da existência vivido em condições muito difíceis.

Em contrapartida, tanto a vida como a velhice das classes dominantes eram, comparativamente, muito melhores. Todavia, essa melhoria deve ser relativizada, pois para ela contam também outros componentes importantes que não apenas o trabalho. Entre eles, as questões ligadas à saúde, à alimentação, à habitação, à higiene, à medicina e ao desenvolvimento do conhecimento científico.

Admitidas as diferenças, que colocavam o envelhecimento das classes subalternas em uma situação profundamente desumana e o das classes dominantes em uma constatação razoavelmente confortável, o conjunto das circunstâncias tanto do desenvolvimento das forças produtivas quanto das outras questões acima elencadas, não conferia ao período final da vida humana um desdobramento muito confortável.

## **Trabalhar e envelhecer na sociedade capitalista**

### **a) A lógica do capital e suas consequências gerais**

A passagem do feudalismo ao capitalismo significou uma mudança profunda na história da humanidade. Isto porque a forma do trabalho, com todas as suas consequências, mudou substancialmente.

Sabemos que no interior do próprio sistema feudal foi se gestando uma nova forma de produzir a riqueza material. Do encontro entre capital mercantil e força de trabalho livre surgiu a base da forma burguesa da sociabilidade.

Vale observar, antes de mais nada, que o capitalismo não é homogêneo. Longe disso. Tanto em termos de tempo como em termos de espaço, é uma totalidade extremamente complexa. Todavia, por mais complexa que seja essa totalidade, ela guarda, em si, determinações de caráter universal. Essa complexidade, certamente faria muita diferença em uma análise concreta. No entanto, para o que nos interessa, faremos referência apenas a determinações de caráter universal.

Sabemos, desde Marx, que a célula mater do capitalismo é a compra-e-venda de força de trabalho. É desta célula que resultam a mais-valia, o valor-de-troca, a mercadoria, o capital, o trabalho assalariado

e todas as outras categorias que compõem a sua base material e, a partir da qual, e em determinação recíproca, surgem todas as outras dimensões desta forma de sociabilidade.

Sabemos também que a produção já não está voltada para o atendimento das necessidades humanas, mas para a obtenção do lucro. Nesse processo, todas as coisas – inclusive a força de trabalho – são transformadas em mercadorias. Deste modo, será o mercado, com suas leis próprias, que regerà, daí por diante, todo o processo social. Como afirmam Marx e Engels no Manifesto, nada mais é sagrado. Tudo é subsumido à lógica de produção e reprodução do capital. O que contribui para a reprodução do capital, importa; tudo mais é descartável.

Depois das análises marxianas, retomadas e atualizadas por I. Mészáros, também sabemos que essa lógica de reprodução do capital é incontrolável. Posta em movimento, assume um evoluir próprio, independente da vontade de qualquer sujeito. Certamente, é possível, e isso tem sido feito, impor, durante certo tempo e de maneira limitada, alguns freios a essa lógica. Mas, a médio e longo prazos, ela sempre voltará a prevalecer.

Outra importante constatação feita por Marx e atualizada por outros autores é que a lógica de reprodução do capital implica, por sua própria natureza, não só a existência da desigualdade social, mas sua crescente ampliação, com todas as consequências que isso acarreta. Por esse mesmo motivo, também está implicada a crescente barbarização da vida social, sob todos os aspectos. A crise atual, à qual nos referiremos mais adiante, demonstra, à saciedade, as perversas consequências que essa forma de sociabilidade tem para a humanidade.

Quando falamos em incontrolabilidade do capital, queremos dizer que não há nenhuma força, nem política, nem jurídica e nem militar que possa obrigar o capital a produzir tendo como objetivo principal a satisfação das necessidades humanas e não sua autorreprodução. Ele pode ser erradicado, porque é histórico e obra humana, mas não controlado.

Esta forma de produzir a riqueza teve enormes consequências, tanto positivas como negativas. Positivamente, permitiu um amplo conhecimento da natureza livre de injunções e preconceitos morais e religiosos e, com isso, especialmente após a Revolução Industrial, um imenso desenvolvimento das forças produtivas. Esse desenvolvimento das forças produtivas, por sua vez, revolucionou todas as outras dimensões da vida social: políticas, jurídicas, educativas, filosóficas, artísticas, etc.

É nesse momento que se gera a ideia de progresso, isto é, a possibilidade de construir, a partir da rápida e ampla geração de riqueza, uma forma de sociabilidade onde todos pudessem ter uma vida digna. E é inegável que, de lá para cá, houve uma melhoria generalizada das condições de vida da ampla maioria da população.

Mas, ao contrário do que pensava a teoria do progresso, de um lado os custos desse desenvolvimento foram extremamente caros para aqueles que produziam essa riqueza e, de outro lado, o acesso a essa mesma riqueza foi muitíssimo desigualitário para capitalistas e trabalhadores. A literatura a esse respeito é muito extensa e conhecida de modo que não há necessidade de nenhuma referência específica.

## b) Capital e Estado

Para abordar adequadamente a problemática do envelhecimento na sociedade capitalista é imprescindível compreender a relação entre capital e Estado.

A análise marxiana da forma capitalista de produção da riqueza material demonstra, a nosso ver, com toda clareza, que quem comanda toda a vida social é o capital. Não é, obviamente, um comando absoluto e nem homogêneo, uma vez que seu oponente – o trabalho – resiste e combate e que o

próprio processo produtivo implica anarquia e contradições internas. No entanto, por maiores que sejam as vitórias do trabalho, elas sempre serão – até a erradicação do capital – pontuais e limitadas. Muito maiores serão as vitórias do capital. A essa problemática e suas consequências, faremos referência mais adiante.

Todavia, a produção e a reprodução do capital seriam impossíveis sem que contassem com uma força extra-econômica que as garantisse. Certamente, muitas outras mediações contribuem para o desenvolvimento dessa forma de sociabilidade. Mas, uma tem um papel preponderante: o Estado moderno. Ao contrário da situação no feudalismo, na qual era o Estado que comandava a produção econômica, no capitalismo o Estado foi configurado para dar suporte à nova forma da produção. Na medida em que é o mercado, com suas leis próprias, que comanda a produção, o Estado, com sua máquina política, jurídica, repressiva e ideológica foi configurado de modo a garantir a reprodução do capital e, obviamente, dos interesses das classes dominantes capitalistas.

A conclusão é muito simples: em termos filosóficos, há uma dependência ontológica do Estado em relação ao capital, o que significa que a dimensão fundante é o capital, sendo o Estado a dimensão fundada. Vale, porém, lembrar que a dependência ontológica não impede, antes exige, que o Estado tenha uma autonomia – relativa, mas real – frente ao capital. Por isso mesmo, ao realizar as tarefas demandadas pelo capital, o Estado vê-se na obrigação de mediar os conflitos entre as classes dominantes e também atender certas demandas das classes subalternas. Desse modo, a ação do Estado retroage sobre a lógica do capital, permitindo-lhe reproduzir-se segundo suas próprias leis, mas sem uma total liberdade. Existe, além disso, a determinação recíproca de todas as dimensões sociais – econômicas, políticas, ideológicas, etc, - umas sobre as outras.

Vale lembrar, também, que capitalismo implica a existência de classes e de luta de classes, de modo que o Estado, mesmo sendo, em última análise, fiador dos interesses das classes dominantes, e até para garantir esses interesses, não pode estar apenas a serviço direto delas. Manter a luta dentro de certos limites, que garantam e privilegiem sempre os interesses das classes dominantes, essa é a sua tarefa essencial.

A conclusão, em termos concretos, é aquela expressa por Marx nas Glosas críticas (2010, p. 102):

O Estado não pode eliminar a contradição entre a função e a boa vontade da administração, de um lado, e os seus meios e possibilidades, de outro, sem eliminar a si mesmo, uma vez que repousa sobre essa contradição. Ele repousa sobre a contradição entre vida pública e privada, sobre a contradição entre os interesses gerais e os interesses particulares. Por isso, a administração deve limitar-se a uma atividade formal e negativa, uma vez que lá onde começa a vida civil e o seu trabalho, cessa o seu poder. Mais ainda: frente às consequências que brotam da natureza antissocial dessa vida civil, desse comércio, dessa indústria, dessa rapina recíproca das diferentes esferas civis, frente a essas consequências, a impotência é a lei natural da administração (grifo nosso). (...) A existência do Estado (toda forma de Estado, I. T.) e a existência da escravidão são inseparáveis.

### c) Trabalhar e envelhecer sob a lógica do capital

Mais do que outras formas de sociabilidade, o capitalismo é uma forma complexa. Desse modo, qualquer consideração sobre a problemática do envelhecimento tem que levar esse fato em conta. Não é o mesmo envelhecer como membro das classes dominantes ou dominadas. Não é o mesmo envelhecer como membro da pequena burguesia ou da alta burguesia ou, ainda, do proletariado. Mas, também não é o mesmo chegar a uma idade avançada como membro da aristocracia operária ou do restante dos trabalhadores. E também não é o mesmo chegar a essa idade como homem ou mulher e ainda em articulação com outras variáveis. Também é preciso atentar para o fato de que não é o mesmo envelhecer nos países centrais ou nos países periféricos. E, enfim, também é preciso levar em

conta o modo como a crise atual afeta essa problemática. Além disso, o processo de envelhecimento também é algo complexo, pois envolve inúmeros aspectos tanto biológicos como sociais.

Não podemos, obviamente, pela brevidade do texto, ater-nos a todas essas especificidades. Nossas considerações se voltarão mais para alguns aspectos importantes atinentes às classes subalternas.

Como vimos, para o capital o trabalhador não é mais do que uma mercadoria. Certamente, muito especial, pois é a única que produz valor. Porém, como toda mercadoria, tem um certo período de validade. E sua validade depende da utilidade que ela tenha para a reprodução do próprio capital. Deixando de lado outros elementos, que afetam não apenas os idosos, mas também pessoas jovens, como as necessidades conjunturais do capital, quando essa mercadoria, por determinações biológicas e/ou de desgaste, perde a sua utilidade para o capital, ela se torna descartável. Todavia, é uma mercadoria que, mesmo descartável, não pode simplesmente ser destruída ou mesmo lançada ao diretamente ao lixo. As lutas dos trabalhadores impuseram, de alguma forma, alguns limites a esse descarte através da conquista da aposentadoria e de outros elementos da seguridade social. Não é necessário enfatizar que mesmo esse tipo de proteção social é sempre muito precário, de modo especial nos países periféricos.

Quanto aos trabalhadores de menor poder aquisitivo, trata-se, para o capital, de descartá-los, mas de modo que esse processo provoque o menor transtorno social possível. Quanto a outros, mas, também quanto aos anteriores, o capital, na sua ânsia de acumulação, inventou novas formas para a sua reprodução. Transforma os idosos em consumidores de lazer programado e de inúmeros produtos específicos para essa idade.

#### d) Trabalhar e envelhecer na crise atual

Para os trabalhadores, os problemas se agravam enormemente no atual momento histórico e no futuro previsível.

A análise marxiana da lógica do capital e da sua trajetória histórica indica claramente uma tendência ao agravamento da crise. Como afirmaram Marx e Engels no Manifesto (1977, 87) A burguesia só pode existir com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção e, por conseguinte, as relações de produção, quer dizer, o conjunto das relações sociais. E ainda (idem, 89): A burguesia, durante seu domínio de classe, de apenas cem anos, criou forças produtivas mais poderosas e colossais do que todas as outras gerações passadas em conjunto.

No entanto, esse mesmo desenvolvimento colossal cobra um enorme preço: a concentração cada vez maior, pela própria lógica do capital, de riqueza em poucas mãos, o acirramento da concorrência inter e intranacional, o aumento do desemprego, da precarização, do subemprego, da terceirização e de outras modalidades de intensificação da exploração dos trabalhadores, a devastação da natureza, a degradação – material, moral e psíquica – da vida humana reduzida ao “bellum omnium contra omnes” hobbesiano.

O trabalho, pois, que no dizer de Marx deveria ser a “primeira atividade” do homem, como expressão das suas forças vitais, da sua objetivação como ser humano, torna-se, no dizer do mesmo autor, para o trabalhador, um mero meio de vida e, mais ainda, um meio de profunda alienação e degradação da vida. Nas palavras dele (1989, p. 159):

O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata, quanto maior número de bens produz. Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e justamente na mesma proporção com que produz bens.

Para além dos efeitos extremamente perversos que resultam da natureza da atual crise, há outro elemento, pouco abordado, mas de grandes consequências. Trata-se da situação em que, na sua luta contra o capital, se encontram hoje os trabalhadores.

Resumiremos, aqui, o que já escrevemos em outros textos.

Na luta que se trava entre capital e trabalho desde o s. XIX, isto é, desde que o capitalismo se tornou a forma social dominante, apesar de inúmeras e variadas conquistas obtidas pelos trabalhadores, as vitórias do capital foram muito maiores. O mais grave, porém, foi que, ao longo dessa luta, os trabalhadores foram perdendo, teórica e praticamente, a sua perspectiva própria, isto é, o objetivo de extirpar, pela raiz, esse sistema social e construir uma sociedade comunista. Por um processo extremamente complexo e, tanto pelo caminho reformista como pelo caminho revolucionário, essa perspectiva foi rebaixada, perdendo seu caráter revolucionário e emergindo, em seu lugar, um caminho marcado pelo aperfeiçoamento dessa ordem social ou, quando muito, por uma possível superação sem que isso implicasse uma ruptura radical. Em resumidas contas, os trabalhadores, submetidos a profundas e complexas transformações no processo produtivo e orientados por partidos que se apresentavam como seus representantes e, além, disso, por um sindicalismo cada vez mais reformista, foram se educando e sendo educados para lutarem com o capital e com o Estado e não contra o capital e contra o Estado.

Ao se fazer presente a atual crise do capital, os trabalhadores viram-se teórica e praticamente desarmados e desorientados para a luta contra seu inimigo histórico. Embora tenham travado e continuem travando inúmeras lutas, o horizonte no qual elas se inscrevem está sempre delimitado pela atual ordem social.

Como não poderia deixar de ser, esse extraordinário agravamento da crise do capital afeta profundamente a vida dos trabalhadores. E, mais grave ainda, em um momento em que, graças ao desenvolvimento das forças produtivas pelo próprio capitalismo, haveria a possibilidade de produzir riqueza suficiente, em quantidade e qualidade, para que todos os seres humanos pudessem viver uma vida digna.

Se aqueles que ainda têm utilidade para o capital sofrem essas brutais consequências, pode-se imaginar – e constatar – o que acontece e acontecerá com aqueles que já não possuem essa utilidade. E se aqueles que ainda estão inseridos no processo de trabalho estão teórica e praticamente desorientados e desorientados, pode-se imaginar – e constatar – como será a situação daqueles que têm ainda maiores dificuldades para defender os seus interesses.

## **O que fazer?**

Como vimos, acima, a conjuntura, hoje, é extremamente desfavorável ao conjunto dos trabalhadores e, muito mais ainda, dos trabalhadores idosos. Diante disso, surgiu, nos últimos anos, uma palavra que pretende sinalizar um caminho para enfrentar essa situação. Trata-se da palavra empoderamento. Consiste ele, segundo seus propagadores, no empenho, por parte dos idosos, para não se acomodar em uma situação passiva, mas buscar e realizar atividades variadas que poderiam dar um sentido mais positivo a esse momento da vida. Atividades como trabalhos variados, lazer, jogos, estudo, dança, arte, viagens, encontros e até defesa de interesses.

Não é preciso dizer que, embora todas essas atividades tenham aspectos positivos, não contribuem em nada para resolver os gravíssimos problemas enfrentados pelos trabalhadores idosos. Antes, pelo contrário, contribuem muito mais para ocultar os verdadeiros problemas, pois levam a crer que esta solução estaria em uma mudança de ideias, atitudes e comportamentos. Trata-se de uma clara operação ideológica que intelectuais e propagandistas do capitalismo levam a cabo, eles mesmos com alguns ganhos monetários e de status.

Mas, há outra proposta, mais séria. Trata-se do que poderíamos chamar de “envelhecimento ativo”. Essa proposta centra-se na resistência, pelos trabalhadores, ao desmonte, pelo Estado, dos variados direitos e políticas públicas que amparam os trabalhadores idosos. Segundo seus formuladores, este seria o caminho, de modo especial para os Assistentes Sociais, neste campo, que permitiria contribuir para o enfrentamento real dessa problemática. De modo extremamente sintético, poderíamos dizer que este caminho sofre uma bifurcação. Por um lado, há os que defendem a ideia de que através da ampliação dos direitos e políticas públicas, do espaço democrático e da cidadania, se alcançaria, gradativamente, uma sociedade cada vez melhor. Por outro lado, há os que defendem a ideia de que a ampliação do espaço democrático e da cidadania, e a luta pela universalização e melhoria dos direitos e políticas públicas colidirão, em algum momento, com a lógica do capital e levarão a uma ruptura, tornando a democracia e a cidadania valores de fato universais. É o que C. N. Coutinho chamou de “Reformismo revolucionário”.

Pensamos que este segundo caminho, com suas duas ramificações, também é equivocado. Em primeiro lugar, porque há uma relação de dependência ontológica de todas as dimensões sociais – incluído o Estado – em relação ao capital. Deste modo, uma revolução, isto é, uma ruptura radical é absolutamente incontornável. Todas as tentativas já feitas e quaisquer que venham a ser realizadas no sentido de contornar essa ruptura radical fracassaram e fracassarão. Em segundo lugar, porque a lógica de reprodução do capital é incontrolável. Nenhuma força pode obrigar o capital a produzir tendo em vista a satisfação das necessidades humanas. Em terceiro lugar, porque o conjunto de institutos, direitos e políticas sociais, que perfazem a democracia e a cidadania modernas nada mais são do que a outra face da moeda do capital. E eles constituem um dos elementos do que Marx chamou de emancipação política. Por mais que a conquista de direitos, de políticas públicas, do espaço democrático e da cidadania seja resultado das lutas dos trabalhadores e tenham aspectos positivos, nada disso ultrapassa o perímetro posto pelo Estado e pelo capital. E, além disso, é importantíssimo sublinhar que o alargamento, maior ou menor, desses elementos, sempre depende do momento em que se encontra a acumulação do capital. Em tempos de acumulação favorável, mais amplos; em tempos de crise, mais restritos. Mais ainda: com uma inclinação, dado o aumento tendencial da desigualdade social e da intensidade das crises do capital, a uma restrição cada vez maior.

Como Marx já deixou muitíssimo claro desde as Glosas críticas, mas, também em outros textos e, de modo especial, em *A guerra civil na França*, a origem dos problemas sociais está na organização econômica da sociedade moderna. Nenhuma força, política, jurídica e nem sequer militar pode, como já vimos, obrigar o capital a produzir para atender as necessidades humanas e não sua própria acumulação. As melhorias que podem ser obtidas nunca porão em xeque a lógica mais profunda do capital. Por isso mesmo, segundo Marx, o Estado burguês deve ser destruído – não conquistado – para que seja possível fazer as transformações econômicas que constituirão o fundamento de uma sociedade radicalmente nova, comunista.

Também vale enfatizar que não basta falar genericamente em resistência e luta contra o desmonte dos direitos e políticas sociais. É necessário esclarecer: qual o objetivo último dessas lutas. Apenas manter e até ampliar esses direitos e políticas sociais ou ter como objetivo a superação radical do capital, isto é, a emancipação humana? Se se tratar da emancipação humana, esta deve ser muito bem caracterizada em seu fundamento (trabalho associado), sua natureza e sua função social. Além disso, também é de fundamental importância deixar claro como se conectam as lutas típicas da emancipação política (parciais e limitadas) com a emancipação humana. Mais ainda, é preciso esclarecer quais as mediações necessárias para alcançar o objetivo da emancipação humana. Entre elas, de modo especial, a problemática da ruptura radical (revolução): quais as suas condições de possibilidade, qual(is) o(s) seu(s) sujeito(s), qual a relação entre o momento político e o momento social. Sem precisar essas questões, há um risco muito grande, especialmente nos dias de hoje, de fazer das lutas parciais e limitadas e, portanto, do aperfeiçoamento desta forma de sociabilidade, o fim maior.



A nosso ver, o único caminho que pode levar a uma sociedade onde todos – crianças, jovens e velhos – possam ter uma vida digna é a via revolucionária. Não é nossa pretensão, aqui, abordar de maneira detalhada essa complexa problemática. Nem se trata de reproduzir qualquer modelo passado. Trata-se, aqui, de buscar apenas os parâmetros gerais que devem balizar uma transformação radical da sociedade. Em primeiro lugar: que o trabalho associado é o fundamento material dessa nova sociedade. Em segundo lugar: que a essência dessa transformação radical (revolução) não é a tomada do poder político, mas a mudança na forma do trabalho, isto é, a eliminação do trabalho assalariado e a instauração do trabalho associado. Em terceiro lugar: que é necessária a destruição do Estado burguês, não sua tomada, e a construção de um poder político – não estatal – para enfrentar os ataques da burguesia. Em quarto lugar: que o sujeito fundamental, embora não único, da revolução é a classe operária. Outros segmentos de classes poderão e deverão se juntar a ela, mas seu caráter protagônico é inquestionável. Em quinto lugar: que é preciso elaborar uma teoria e organizações que orientem essa luta.

A defesa dos interesses dos trabalhadores idosos não é, obviamente, uma tarefa apenas e nem principalmente dos próprios trabalhadores em idade avançada. Afinal de contas, quem é, hoje, jovem, será, amanhã, velho. Mas, os idosos, como vimos, são, para o capital, uma mercadoria descartável. No máximo, com a possibilidade de permitir uma acumulação de capital através do consumo. Como, em sua imensa maioria, os rendimentos dos trabalhadores são muito limitados, esta acumulação também terá limites muito estreitos. Por isso mesmo, a defesa dos interesses dos idosos está umbilicalmente ligada à defesa dos interesses de toda a classe trabalhadora e deve ser conduzida – teórica e praticamente – pela classe operária.

## REFERÊNCIAS

LESSA, Sergio. e TONET, Ivo. Proletariado e sujeito revolucionário. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

MARX, Karl. Glosas críticas marginais ao artigo O Rei da Prússia e a Reforma Social. De um prussiano. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, Karl. Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Grijalbo, 1977.

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, Karl. A guerra civil da França. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. Para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2005.

TONET, Ivo. Descaminhos da esquerda: da centralidade do trabalho à centralidade da política. São Paulo: Alfa/Ômega, 2009.

TONET, Ivo. O grande ausente. Novos Rumos, n. 10, 2014.

TONET, Ivo. Trabalho associado e revolução proletária. Novos Temas, n. 5/6, 2011/2012.

TONET, Ivo. Trabalho associado e extinção do Estado. Rebelar, v. 3, n.2, 2014.

TONET, Ivo. Qual política pública para qual emancipação? Ser Social, v. 17, n. 37, 2016.